

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Novo relator de cessão quer reverter mudança.....	2
Título: Uma resolução que pode nublar a energia solar.....	3
Título: Destaques	6
Título: Alesat aposta na interiorização de postos.....	6
Título: Clima generoso favorece safra de cana no Nordeste	8
Título: Pacote pós-Previdência promete polêmicas e aprovação difícil	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	12
Título: CGU vê falha em fiscalização de royalties de mineração	12
Título: Bahia anuncia decreto de emergência para auxiliar cidades afetadas por óleo	14
Título: Governo quer que a Shell explique barris no litoral nordestino.....	17
Título: Golfinho com mancha de óleo surge morto em praia de Alagoas	17
Título: Na minha gasolina não.....	18
Título: Número de militares sobe em 30 órgãos do governo	19
Título: Var.....	22
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: Acordo mostra que reforma tributária é possível	22

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/10/2019****Seção: Política****Autor: Vandson Lima — De Brasília****Título: Novo relator de cessão quer reverter mudança**

Há preocupação de Aziz em não abrir brechas para que projeto volte para a Câmara

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Omar Aziz (PSD-AM) será o relator na Casa do projeto que destina 33% dos R\$ 106 bilhões estimados para o leilão da cessão onerosa do pré-sal para Estados e municípios.

Como a matéria, já aprovada pela Câmara, passará pela CAE antes de ser votada no plenário do Senado, coube ao próprio Aziz designar o relator. E ele resolveu tomar para si a tarefa. Aziz disse que ainda está estudando a proposta, mas afirmou ser contra a mudança feita pela Câmara dos Deputados, que permitiu que os municípios possam gastar livremente o dinheiro.

“Eu não concordo com isso. Estamos aí fazendo uma enorme discussão sobre como equilibrar as contas públicas, diminuir o déficit da Previdência. Esse dinheiro devia ser usado para resolver esses problemas”, diz o senador. Pelo texto aprovado na Câmara, só os Estados terão regras sobre como gastar os recursos: precisarão, primeiro, promover o equilíbrio financeiro dos fundos de previdência de seus servidores para só então, se restar dinheiro, gastar com investimentos.

No dia da votação, os prefeitos pressionaram os deputados para que as travas fossem rejeitadas e que pudessem ter recursos em caixa que viabilizassem a entrega de obras às vésperas da eleição municipal, em outubro de 2020. E venceram. “O pessoal vem dizer que não deveríamos impor como o dinheiro deve ser gasto. Mas ninguém nem esperava esse recurso. Já que veio, deveria servir para resolver Previdência, precatórios, não para sair gastando”, continua o relator.

Apesar da crítica, Aziz não sabe ainda se vai propor mudanças - isso porque, em caso de alteração, o projeto volta para a Câmara. “A proposta é fruto de acordo entre os presidentes da Câmara e Senado. A ideia seria respeitar o acordo e aprovar como está. Mas estou ainda me informando de todos os pontos”, diz.

Após um acordo entre os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), respaldados pelas lideranças das duas Casas, chegou-se a um acordo sobre a partilha de recursos dos estados, que eram alvo de disputa: dos 15% do bônus destinados aos Estados, dois terços

(10%) serão repartidos de acordo com critérios de distribuição do FPE, mas o outro terço (5%) será repartido pelos critérios do FEX/Lei Kandir, que contempla os Estados exportadores. “Isso acho que ficou bom, porque a Lei Kandir foi muito ruim para o Estado que exporta. Tem que ter compensação mesmo”, conclui Aziz.

A matéria será votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado na terça-feira e, se possível, no plenário no mesmo dia.

A única restrição a prefeituras e governos estaduais será a proibição de que gastem o dinheiro com pagamento de funcionários. As cidades não terão nem a trava inicial de precisar, antes dos investimentos, quitarem dívidas previdenciárias com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ou equilibrarem seus fundos próprios de previdência. Líder do PP na Câmara, Arthur Lira (AL), afirmou na votação que as travas visavam sanear as contas públicas. “É óbvio que vão torrar o dinheiro em obras”, resumiu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/10/2019

Seção: Opinião

Autor: Rodolfo Molinari

Título: Uma resolução que pode nublar a energia solar

Foi em 2012 que o Brasil decidiu dar seus primeiros passos no segmento de energia solar de pequena escala e, até o ano de 2015, eram pouco mais de duas mil pessoas e pequenas empresas participando deste movimento. Considerando a dimensão do nosso país, éramos ninguém, e nos questionávamos por que uma evolução tecnológica tão importante não havia decolado.

O fato é que o Brasil é um país excepcional, com abundância de recursos de causar inveja mundo afora. Até no mais democrático de todos, o Sol, somos favorecidos. Porém, excesso de recursos não significa nada se não forem aproveitados de maneira inteligente.

O consumidor passa a ser o protagonista na geração de energia, fomentando a inovação, o compartilhamento

Um dos principais motivos pelo qual não evoluímos no segmento, de pequena escala, está na realidade brasileira. Para instalar sistema solar em um telhado, o cidadão precisa morar em casa, ser dono dela e, além de tudo, ter dinheiro no

banco ou acesso a crédito a taxas que não sejam proibitivas. Quantos brasileiros se enquadram neste perfil? Pouquíssimos.

Em uma reflexão rápida, foi fácil perceber que, para democratizarmos o acesso dos brasileiros a esta tecnologia, precisávamos transformar esses dados sociais e econômicos em informações relevantes. Assim, ao final de 2015, com excelência técnica e regulatória, a Aneel compreendendo esta realidade, permitiu um novo conceito chamado normativamente de Geração Compartilhada.

De ordem prática, passou-se a permitir que não apenas fossem instalados sistemas solares em nossos telhados, mas também pudéssemos procurar por áreas improdutivas, para instalarmos sistemas solares colaborativos de forma remota. Como ganho teríamos uma energia mais eficiente, mais econômica e com maior escala (agora oriunda da união de amigos, familiares e, por que não, desconhecidos). Ao invés de cada um por si, todos por todos.

O consumidor, especialmente o menor e mais simples, passa agora a ser o agente protagonista na geração de energia, fomentando a inovação, a descentralização, o compartilhamento e a democratização do acesso à energia limpa.

Nada mais atual em uma realidade contemporânea de compartilhamento entre pessoas, onde abrimos nossas casas para alugar quartos vazios, compartilhamos assentos vazio em nossos carros, fornecemos crédito coletivo para quem não consegue crédito bancário competitivo.

No entanto, apesar de todos os benefícios, e por mais que menos de 0,01% dos consumidores brasileiros tenham aderido à inovação da Geração Compartilhada até o momento, definiu-se que devemos revisar as normas estabelecidas. Em uma discussão que se alonga por mais de um ano, acalorada e repleta de interferências, as conclusões ainda não foram encontradas e, se ainda não temos respostas, resta fazermos perguntas para tentarmos ser construtivos, ajudando na discussão. Façamos algumas reflexões:

Qual a importância de darmos chance para os pequenos consumidores produzirem sua própria energia? Como continuaremos tendo uma matriz de energia limpa e renovável, sem impactos ambientais? Como podemos gerar empregos de qualidade, modernos e descentralizados? Como podemos ajudar a reduzir as perdas elétricas no sistema? Como podemos dar oportunidade iguais a todos os consumidores, sem deixar ninguém de fora, especialmente a base da

pirâmide social? Com 0,01% de penetração, deve-se mudar as regras de Geração Compartilhada?

De forma resumida, a revisão proposta pode implicar em reduzir em até 60% o benefício aos consumidores que poderiam aderir a este modelo compartilhado. Isto significa, não considerar nenhum benefício deste modelo e, ainda, colocar na conta destes consumidores todos os custos relacionados não apenas à remuneração da distribuidora, mas também: da transmissão de energia (apesar da energia ser gerada dentro da área da distribuidora), dos encargos setoriais (apesar do principal deles ter sido criado justamente para fomentar fontes limpas de energia) e as perdas elétricas (desconsiderando os princípios da física que dizem que quanto menos um elétron caminha, menos ele se perde no caminho).

Traduzindo isto para a vida real, nos cenários extremos da revisão da norma, inviabiliza-se este modelo, excluem-se os consumidores da base da pirâmide e retrocede-se ao que parece ser sempre a condição natural do Brasil, o país do futuro onde o futuro nunca chega, prejudicando sempre o elo mais fraco da cadeia, os consumidores de menor porte.

Exemplo de que consumidores de menor porte sempre sofrem comparativamente aos de maior porte são vastos e ocorrem em diversos setores da economia. Se as revisões propostas forem colocadas em prática, em cenários extremos, o setor elétrico nos proporcionará mais um exemplo.

Há um tempo considerável, o grande consumidor já pode produzir sua energia no Brasil e, com a mudança, teria condições ainda mais atrativas na comparação com o pequeno consumidor. Hoje, uma indústria pode produzir sua energia pagando tarifas menores pelo uso da rede; menos impostos na conta de luz; menos encargos setoriais, além de ser livre para construir seu sistema solar na escala que assim desejar, e no local que desejar, sem estar circunscrito à região da sua distribuidora.

Não parece justo socialmente ter um cenário tão expressivo de desigualdade entre o grande e o pequeno. Quando falamos em democratizar, não dizemos em

favorecer um ao outro, mas sim, de dar oportunidades iguais a todos, e não parece ser este o caminho indicado pela revisão.

Cabe destacar também que nas avaliações propostas até o momento, nenhum dos benefícios exteriores ao setor elétrico foi considerado quantitativamente na discussão. Independente de competência legal de cada agente decisor, é justo ignorarmos estes benefícios? Vamos aos números: fossem considerados estes aspectos, de acordo com o levantamento da Absolar, o país irá arrecadar R\$ 27 bilhões aos cofres públicos até 2027, irá gerar mais de 670 mil novos empregos, e evitará a emissão de 75,38 milhões de toneladas de CO2 até 2035.

Qual legado queremos deixar para o Brasil?

Rodolfo Molinari é diretor de negócios da Órigo Energia, membro do conselho da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) e membro do conselho da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/10/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

A fornecedora francesa de gases industriais Air Liquide vai investir R\$ 40 milhões em uma unidade de liquefação de dióxido de carbono no Polo Petroquímico de Capuava, em Santo André (SP). Com início de operação previsto para meados de 2020, o projeto eleva em 20% a capacidade de produção desse gás pela companhia no país. A Air Liquide firmou um contrato com a Oxiteno para captura do dióxido de carbono liberado pelas operações industriais da empresa de especialidades químicas do grupo Ultra. Na nova unidade, o gás será purificado e liquefeito, com vistas à reutilização em outros produtos e processos de indústrias de consumo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Alesat aposta na interiorização de postos

Quarta maior rede de distribuição de combustíveis do país e há um ano sob o controle da gigante Glencore, a Alesat manteve o foco na expansão de suas operações em municípios com até 200 mil habitantes, e que possam ser atendidos por uma das 40 bases de distribuição que opera atualmente. Mas o olhar da controladora também está voltado a oportunidades de novos negócios: o pacote de refinarias colocadas à venda pela Petrobras está sendo avaliado. Ao

mesmo tempo, a marca Ale poderá ser usada além da fronteira brasileira no futuro.

Com o aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em agosto do ano passado, a Glencore assumiu 78% do capital da Alesat - Marcelo Alecrim, um dos fundadores da distribuidora, reduziu sua participação de 32% para 22% - e manteve praticamente intacta a gestão. A conclusão da venda permitiu à Alesat retomar seu plano estratégico, afetado pelo longo período transcorrido entre a tentativa de venda para a Ipiranga, do grupo Ultra, barrada pelo órgão antitruste em 2017, até o fechamento do negócio com a multinacional.

A distribuidora chegou a perder participação para a concorrência nesse ínterim, mas voltou à forma e hoje tem uma fatia de 3,7% no mercado nacional de combustíveis, considerando-se também os postos bandeira branca. “Seguimos focados em cidades menores, que estatisticamente oferecem mais oportunidades”, diz o presidente da empresa, Fulvius Tomelin, na Alesat desde 2007.

Hoje, são 1,5 mil postos Ale - dos quais 80% em cidades com até 200 mil habitantes - e uma plataforma de distribuição que ainda tem capacidade disponível para atender à adição de novas unidades de venda ao varejo. A meta para 2019 é abrir 150 postos, todos via conversão para a marca Ale. Até agora, conta o executivo, foram 112 novas unidades. “Mas com volume equivalente ao das 150”, observa.

Os investimentos em embadeiramento de postos e ampliação de bases, em 2019, devem alcançar R\$ 170 milhões. O valor para 2020 não é relevado, uma vez que o orçamento ainda não foi aprovado pela controladora. Contudo, a empresa tem a metade de adicionar 250 novos postos: 10% novos e a maior parte por embandeiramento.

Do total orçado para 2019, cerca de R\$ 30 milhões serão aplicados nas bases de distribuição. O valor é relativamente baixo porque hoje há uma capacidade ociosa de 40%, o que justifica a ampliação da rede Ale em regiões onde já estão instaladas essas bases. Sobre a aposta na interiorização, Tomelin explica que a Alesat tem capacidade de armazenagem e logística para fornecer volumes com a frequência típica de postos nessas regiões.

Em todo o país, existem hoje cerca de 40 mil postos de combustíveis, dos quais 18,3 mil de bandeira branca. Nos estados do Nordeste, esses pontos de venda independentes têm maior representatividade, com 53% do número total de unidades.

A Alesat também quer crescer no fornecimento direto de diesel a empresas (B2B), incluindo usinas, transportadoras e locadoras de veículos. Com 700 clientes em carteira, atingiu o objetivo de 70 novos pontos em 2019 e deve encerrar o ano com resultado 50% acima da meta. Para 2020, o plano é abrir mais 140 pontos.

Assim como Glencore, as grandes distribuidoras de combustíveis, entre as quais Ipiranga, e Raízen, joint venture entre Cosan e Shell, estão avaliando os ativos de refino da Petrobras, cuja privatização tende a alterar a relação de forças nesse negócio. Fora do Brasil, a Glencore tem operação de distribuição de combustíveis integrada ao refino na África.

“Acredito no mercado livre. A venda das refinarias vai melhorar a dinâmica do mercado”, diz o presidente Tomelin, referindo-se à possibilidade de as refinarias praticarem preços diferentes à medida que são operadas por donos diferentes.

De acordo com o executivo, depois da forte desaceleração das vendas de combustíveis no país, refletindo a fraqueza econômica, as distribuidoras começaram a perceber alguma reação no terceiro trimestre. “Setembro foi bem melhor do que agosto, mas ainda aquém do esperado”, diz.

A dinâmica mais positiva do mercado é percebida principalmente pelo etanol, cuja margem é relativamente menor para os distribuidores. De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), as vendas em volume do combustível subiram 25,8% de janeiro a agosto, na comparação com o mesmo período de 2018, para 14,5 milhões de metros cúbicos. No mesmo intervalo, o consumo de diesel cresceu 3,4%, a 37,9 milhões de metros cúbicos, e o de gasolina caiu 3,7%, para praticamente 25 milhões de metros cúbicos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/10/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Clima generoso favorece safra de cana no Nordeste

Enquanto as usinas do Nordeste deparavam-se com batalhas políticas inesperadas no início da moagem da safra 2019/20, como o aumento da cota de importação de etanol sem tarifa e a suspensão do uso de fogo em todo o país diante da crise das queimadas na Amazônia - logo depois ajustada pelo governo, após reclamações dos usineiros da região, que empregam o fogo na colheita-, as condições climáticas se apresentavam bem mais generosas.

A costa nordestina passou a registrar um clima “extremamente chuvoso” a partir de junho, segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), no período final de desenvolvimento da cana. Em agosto, as precipitações foram consideradas mais favoráveis do que no ano passado, totalizando 52,4 milímetros nas áreas produtoras do Nordeste e do Norte - crescimento anual de 33,6%. Em setembro, o volume de chuvas nas regiões foi 43,3% maior, somando 38,2 milímetros.

Com base nesses dados, a consultoria INTL FCStone estimou que a moagem de cana desta safra será de 51,1 milhões de toneladas, avanço de 6,4%, e 800 mil toneladas acima do esperado em agosto.

A produtividade nos Estados produtores deve ficar em 58,08 toneladas de cana por hectare, acréscimo de 7,5% ante a safra passada, embora longe, ainda, dos rendimentos do Centro-Sul (em torno de 76 toneladas por hectare). Já a área cultivada com cana no Norte e Nordeste tem se mantido sem grandes alterações desde a safra 2016/17, perto de 880 mil hectares.

O aumento esperado para a produtividade da cana deve compensar, inclusive, o efeito negativo das chuvas: a diluição da sacarose na cana. A quantidade de açúcares totais recuperáveis (ATR) que deve ser obtida da moagem da cana deve aumentar 5,5% ante a safra passada, nas contas da INTL FCStone, para 6,7 milhões de toneladas.

Nos próximos meses, o clima deve continuar trazendo boas notícias. Os escritórios de meteorologia da Austrália e dos EUA não identificam chances altas de El Niño (associado a secas no Nordeste) até o primeiro semestre de 2020 - quando as usinas nordestinas já terão terminado a safra. Para novembro, a Somar Meteorologia prevê chuvas abaixo da média, mas o retorno aos patamares acima da média entre os meses de dezembro e janeiro.

Com mais matéria-prima, a consultoria INTL FCStone estima que tanto a produção de açúcar como de etanol será maior. Para o mix produtivo, a consultoria tomou como premissa o atual cenário de preços, com tendência de redução da vantagem do etanol ante o açúcar, dado que o preço do adoçante está encontrando ligeira sustentação no mercado internacional.

A produção de açúcar para a safra 2019/20 foi estimada em 2,74 milhões de toneladas, aumento de 7,7% ante o ciclo passado, ou de 200 mil toneladas. O mix açucareiro foi estimado em 42,9%, ante 42,1% no último ciclo, mas ainda abaixo da safra 2017/18, que foi de 46,7%.

Mesmo com mix mais açucareiro, ainda sobrar  mais m teria-prima para levar a um aumento de 4% na produção de etanol, para 2,25 bilhões de litros, segundo a consultoria. Desse total, 790 milhões de litros devem ser de anidro - ligeiramente acima da safra passada, mais ainda abaixo de 2017/18, quando foram produzidos 950 milhões de litros. Para o etanol hidratado, a INTL FCStone estima produção de 1,46 bilhão de litros, superando a última temporada 5,5%, ou 80 milhões de litros.

A consultoria ponderou que suas projeções para o mix foram feitas já considerando que a importação de etanol dentro da cota seria alocada de forma a evitar uma queda brusca dos preços do etanol nordestino destino durante a safra. Em relatório, os analistas Matheus Costa e João Paulo Botelho acrescentaram que a entressafra no Norte e Nordeste coincide com a época de maior demanda nos EUA. “Assim, caso a oferta de etanol se mostre menor, os preços do biocombustível estadunidense podem não se mostrar tão atrativos aos importadores brasileiros”.

VE  CULO: Valor Econômico

Data: 14/10/2019

Seção: Política

Autor: Fabio Graner e Lu Aiko Otta — De Brasília

Título: Pacote p s-Previdência promete polêmicas e aprovação difícil

Concluindo a reforma da Previdência, a equipe econ mica prepara para colocar na rua “no dia seguinte”, como vem dizendo o ministro Paulo Guedes, uma série de medidas destinadas a incentivar o crescimento de longo prazo. As propostas envolvem polêmicas e as discussões ficarão mais difíceis com a aproximação de um ano eleitoral. A discussão para divisão dos recursos do leilão do petróleo nas áreas da cessão onerosa a ser realizado em novembro foi uma amostra.

Sob o guarda-chuva do “pacto federativo”, o governo deverá propor ao Congresso: as reformas tributária e administrativa, o choque de emprego e até uma nova rodada de desburocratização. O ponto central do pacto   partilhar mais recursos da União com Estados e municípios. Mas também desindexar, desobrigar e desvincular os orçamentos. “Romper chiqueirinhos”, como diz Guedes. Uma tarefa que mobilizar  resistências dos grupos afetados.

Funcionários do governo federal se mobilizam para impedir pontos da reforma administrativa, como o fim da estabilidade. A resistência pode se estender, caso o governo opte por mandar um projeto de lei complementar que abarque Estados e municípios.

Até mesmo o estímulo ao emprego pode gerar polêmica, dependendo do formato proposto. Uma das ideias é reduzir direitos, de forma a facilitar a contratação de grupos mais vulneráveis. Para pessoas desempregadas há mais de dois anos ou jovens com até 24 anos, a alíquota do FGTS poderá ser reduzida de 8% para 2%. Além disso, estuda-se reduzir a alíquota patronal de recolhimento ao INSS, nesses casos.

O diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Clemente Ganz Lucio, disse que essa estratégia, se for temporária, poderá ajudar a retomar o emprego. Porém, são necessárias mais iniciativas para acelerar o crescimento econômico, que é a fonte de emprego mais saudável.

“Em uma economia anêmica, risco é trocar o pouco de emprego seguro por vagas precárias”, disse. Para ele, essas medidas de redução de custos trabalhistas não podem ter caráter permanente, pois legalizaria a precarização do trabalho, caminho em parte trilhado na reforma trabalhista.

No caso do pacto federativo propriamente dito, a ideia é baseada no conceito de “mais Brasil e menos Brasília”. Tirando o enunciado, contudo, o governo ainda nem sequer deixou claro o que pretende fazer, à exceção da divisão maior dos futuros leilões de petróleo com toda federação.

A ideia inicial já se ampliou e agora inclui o debate das regras fiscais, iniciado a partir da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/18, do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), que tramita desde 2018. O processo provocou ciúmes no Senado, que viu protagonismo exagerado da Câmara na agenda econômica. Exatamente o mesmo problema que afetou a reforma tributária e que faz com que hoje existam duas propostas em tramitação no Congresso, que ainda terá de examinar projetos do próprio governo (como o IVA federal, que unifica PIS e Cofins, e ainda poderá juntar outros tributos e ser acoplado aos impostos estaduais e municipais, ICMS e ISS, o IVA Dual).

O “climão” foi relatado por Pedro Paulo ao **Valor**. De nada adiantou ele ter ido à casa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para explicar que sua PEC tratava de problemas fiscais no curto prazo, ao passo que o pacto federativo, prometido ao Senado, trata de uma alteração estrutural, muito mais ampla.

Para contornar o problema, ficou acertado que o governo não enviaria uma proposta própria de PEC da “Regra de Ouro” ao Congresso pois, dessa forma, a tramitação começaria pela Câmara. Um senador a apresentará. O conteúdo deverá ser semelhante à PEC de Pedro Paulo, segundo fontes.

A proposta que está na Câmara afeta o funcionalismo em diversos pontos. Permite, por exemplo: demissão dos servidores não estáveis, redução de jornada de trabalho e salários por até um ano e adicional de três pontos percentuais nas contribuições previdenciárias dos funcionários públicos.

A proposta de Pedro Paulo também afeta Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Proíbe que os órgãos se apropriem dos saldos financeiros gerados por repasses de duodécimos que não foram utilizados.

Outro vespeiro atingido pela PEC é o BNDES. Ela permite que o governo deixe de repassar ao banco os 40% da arrecadação do PIS/Cofins. Ou seja, não faltam polêmicas, que serão ainda mais reforçadas com os debates de extinção em massa de incentivos fiscais e creditícios.

Se a criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) prosperar e reunir numa só base as arrecadações de União, Estado e municípios, poderá haver conflito. A proposta apresentada pelos Estados, com apoio das 27 unidades da federação, deixa a União de fora do comitê gestor do tributo.

A discussão sobre a reforma tributária deve ser conduzida numa comissão mista que procurará harmonizar as propostas da Câmara, do Senado, do governo federal e outras que tramitam no Legislativo, como a do deputado Luciano Bivar (PSL-PE), que cria o imposto sobre transação. Ou seja, a discussão sobre uma reedição revista e ampliada da CPMF, que tem a oposição do presidente Jair Bolsonaro, pode ressurgir no Congresso.

Outro flanco a ser atacado nos próximos meses são os mais de 200 fundos públicos. A desvinculação de seus recursos pode gerar resistências pulverizadas em diversas frentes no Congresso Nacional. Um exemplo é a reação da comunidade acadêmica à ideia de retirar os recursos do Finep do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo

Título: CGU vê falha em fiscalização de royalties de mineração

Governo quer elevar receita com exploração, que gerou R\$ 3 bilhões em 2018

Brasília - Em meio ao cenário de restrição fiscal, o ministro Paulo Guedes (Economia) recebeu da CGU (Controladoria-Geral da União) um alerta sobre falhas no recolhimento de royalties de mineração no país. Os problemas observados, que incluem um apagão na fiscalização e erros de cálculos, podem

estar tirando receitas de governo federal, estados e municípios. As falhas foram apresentadas há cerca de um mês pelo ministro Wagner Rosário (CGU) e sua equipe de técnicos a Guedes e a outros integrantes da pasta da Economia.

A CGU identificou em sua auditoria uma série de problemas principalmente na fiscalização, de responsabilidade da ANM (Agência Nacional de Mineração). O estudo é baseado em 11 estados. Em São Paulo, por exemplo, o levantamento afirma que não houve inspeções entre 2014 e 2018 para verificar os pagamentos. A perda de arrecadação com royalties pode resultar da falta de controle nas inspeções realizadas in loco para checar se os dados informados pelas empresas estão corretos.

Após a reunião, foi decidido que o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária, que reúne os secretários estaduais de Fazenda) vai firmar um convênio de cooperação para fornecer dados à ANM com objetivo de simplificar o processo de fiscalização. Os royalties da mineração são pagos pelas mineradoras ao governo por meio da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral), que é calculada com base na venda da produção e do tipo de minério explorado.

A correção das falhas poderia elevar a arrecadação no país, na visão da CGU. Em 2018, o Brasil obteve R\$ 3 bilhões em royalties da mineração. Os pagamentos são dominados pela Vale, que foi responsável por R\$ 1,8 bilhão em CFEM em 2018 e R\$ 2 bilhões em 2019 (até setembro). Um aprimoramento beneficiaria sobretudo estados e municípios, que recebem quase 90% dos recursos.

Grande parte deles está em dificuldade financeira, como é o caso de Minas Gerais (maior produtor mineral do país). O estado busca firmar com o governo federal um acordo para suspender dívidas em troca de medidas de austeridade. Para tentar reduzir os problemas, a ANM chegou a fazer acordos nos últimos anos com municípios para fiscalizar empresas. Prejudicada pela falta de equipes, a medida perdeu efetividade. Houve problemas de monitoramento também em outros estados, também o caso de Minas Gerais.

Os técnicos da CGU observam a inexistência de procedimentos mais rígidos para verificar os débitos.

Segundo o levantamento, há 3.000 processos acumulados de revisão de cálculo da CFEM nas gavetas do órgão somente em São Paulo.

A auditoria também viu falta de comunicação entre os sistemas e até mesmo possibilidade de erros de cálculos da CFEM pelo sistema de arrecadação. A Controladoria também aponta “elevados riscos de prescrição de cobrança” e fragilidades para a inscrição dos débitos eventualmente identificados na dívida

ativa da União ou para o acionamento da Justiça. Entre as recomendações feitas pela CGU está a de que o governo priorize a análise das dívidas com maior risco de prescrição.

Além disso, o órgão sugeriu à ANM justamente um aperfeiçoamento da troca de informações com órgãos regionais (como secretarias de Fazenda). Procurada, a ANM afirma que as falhas existem por causa do baixo número de servidores do órgão. “São 40 no Brasil inteiro para fiscalizar todas as empresas do país, desde um areai até as maiores do mundo. A estrutura da arrecadação dentro da ANM é muito precária para o tamanho do setor minerário nacional”, afirma a autarquia em nota.

Outro obstáculo mencionado pela ANM é a dificuldade de ter acesso a dados fiscais. “Existe um convênio da ANM com a Receita Federal, mas os dados ainda não chegam na velocidade que a ANM precisa”, afirma.

Em abril deste ano, a ANM publicou uma portaria para que a fiscalização seja priorizada com base em critérios como o valor das operações, o risco de prescrição e o índice de inadimplência. Hoje, as informações sobre o pagamento de royalties dependem sobretudo das próprias empresas.

As companhias entram no site da ANM, preenchem o formulário com os valores de operação e de tributos dedutíveis. O cálculo é feito pelo sistema, que emite a cobrança a ser paga. O valor vai para conta do Tesouro Nacional, e a ANM distribui aos estados e municípios que têm direito ao benefício.

A ANM afirma que as falhas existem desde o modelo anterior da autarquia, que até 2017 tinha o nome de DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), e reconhece o impacto dos problemas para as receitas públicas.

“É uma consequência. Quando a fiscalização é falha, arrecada-se menos e distribui-se menos para municípios e estados”, afirma anota.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/10/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Bahia anuncia decreto de emergência para auxiliar cidades afetadas por óleo

Último estado a registrar as manchas já tem mais de 20 pontos atingidos, incluindo em Salvador

O governo da Bahia vai assinar nesta segunda-feira (14) um decreto estadual de emergência com a liberação de recursos para os municípios atingidos por manchas de óleo no litoral do estado, estimadas em 21 km².

O petróleo foi avistado em mais de 20 pontos do estado.

A informação foi dada na noite deste sábado pelo governador em exercício e vice João Leal, durante a primeira reunião do Comando Unificado de Incidentes, criado para definir estratégias de combate ao problema, na sede do Ibama, em Salvador.

Segundo nota do governo da Bahia, a suspeita de que mancha de óleo de 21 km² estaria a 100 km da costa brasileira não foi confirmada a partir do monitoramento aéreo realizado no sobrevoo pelas equipes da Petrobras nem pelas imagens de satélites do Ibama.

Superintendente do Ibama na Bahia, Rodrigo Alves disse à Folha no sábado (12) que enviou uma equipe para as coordenadas que lhes foram passadas. “O povo achou que dificilmente seria óleo. Estava aparentando [ser a] sombra de nuvem chuvosa.”

Assim, o Comando definiu que o Ibama, em parceria com o Inema (Instituto do Meio Ambiente E Recursos Hídricos), vai elaborar um documento de orientação de limpeza de praia que será disponibilizado para as prefeituras afetadas.

A expectativa é que a documentação traga informações para a destinação correta dos resíduos coletados.

Até o momento, a limpeza vem sendo realizadas pelas prefeituras das cidades atingidas, assim como por equipes do Centro de Defesa Ambiental da Petrobras.

O Ibama, por sua vez, aponta que realiza o monitoramento ambiental e a gestão da emergência do caso, com o objetivo de investigar as causas e responsabilidades do despejo.

O órgão também afirma que os trabalhadores que estão sendo contratados pela petrolífera são agentes comunitários que recebem treinamento prévio para ocasiões em que forem necessários os serviços de limpeza.

Já em Sergipe, a Justiça Federal determinou no último fim de semana que o governo, junto com o Ibama, implante barreiras de proteção nos rios São Francisco, Japarutuba, Sergipe, Vaza-Barris e Real, no litoral sergipano.

A medida deve ser tomada em até 48 horas, para evitar uma contaminação maior do óleo. A União e o Ibama terão que pagar R\$ 100 mil para cada dia de descumprimento da medida.

A decisão do juiz Fábio Cordeiro de Lima atendeu a um pedido do Ministério Público Federal (MPF) no estado. Para o MPF, a o governo não tem tomado todas as medidas que poderia para proteger as áreas sensíveis.

“Desde o primeiro instante os Planos Estratégicos de Proteção de Áreas Vulneráveis (existentes e aprovados pelo órgão ambiental competente) poderiam ter sido acionados em Sergipe, de modo a serem implementadas todas as medidas necessárias de contenção e recolhimento do material poluente”, diz um trecho da ação do MPF.

Procurada, a Advocacia-Geral da União (AGU) afirmou que ainda não foi notificada e que, assim que isso ocorrer, analisará as medidas a serem adotadas.

Em sua decisão, o juiz afirma que não é possível colocar barreiras de contenção de óleo em toda a costa do Sergipe e que uma decisão judicial deve ser tomada considerando sua possibilidade de realização, para que não se torne uma medida inócua.

“A colocação de boias em pontos críticos constitui medida que, senão elimina completamente o risco, atenua os danos, constituindo uma medida necessária e urgente no presente caso”, diz a decisão.

O magistrado também chama a atenção para a necessidade de proteger a cabeceira de rios. “É, de fato, fundamental proteger a cabeceira dos rios para que não haja uma maior contaminação das águas, principalmente dos rios utilizados para o consumo da população.”

As manchas de óleo têm poluído o litoral do Nordeste brasileiro desde o início de setembro. Até a semana passada, a Petrobras havia recolhido 133 toneladas de resíduos contaminados por manchas de óleo.

A investigação da origem das manchas de óleo que atingiu o litoral do Nordeste brasileiro está sendo conduzida pela Marinha, enquanto a investigação criminal é objeto da Polícia Federal.

Análises do Ibama e da UFBA (Universidade Federal da Bahia) apontaram que o óleo é venezuelano, o que o governo do país nega. Em comunicado conjunto, o Ministério do Petróleo e a empresa estatal de petróleo PDVSA disseram que não receberam nenhum relato de clientes ou subsidiárias sobre vazamentos de petróleo perto do Brasil.

Simulações de computador feitas por pesquisadores indicam que a origem das manchas de óleo nas praias do Nordeste está no alto-mar, a pelo menos 400 km da costa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/10/2019

Seção: Especial

Autor: Thiago Resende

Título Governo quer que a Shell explique barris no litoral nordestino

O governo quer que a Shell explique o aparecimento de barris ligados à empresa no litoral do Nordeste.

Os barris, que têm a inscrição de um lubrificante fabricado pela empresa, foram encontrados na praia da Formosa, em Sergipe. O esclarecimento sobre o achado foi requisito pelo Ibama, a pedido do ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente).

A Shell Brasil afirmou que o conteúdo original dos tambores não tem relação com o óleo cru encontrado em diferentes praias da costa brasileira. “São tambores de lubrificante para embarcações, produzido fora do país. Ibama está ciente do caso”, disse a empresa em nota.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/10/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Golfinho com mancha de óleo surge morto em praia de Alagoas

Foto-legenda

Um golfinho com manchas de óleo foi achado morto neste domingo (13) no município de Feliz Deserto, no litoral sul de Alagoas. A informação é do Instituto Biota de Conservação, que recolheu o animal para necropsia.

É o primeiro mamífero a surgir morto desde a aparição das manchas de no Nordeste, no início de setembro. Segundo relatório do Ibama, 13 tartarugas e uma ave já morreram oleadas no litoral nordestino.

Ainda não se sabe se há relação do óleo com a morte do golfinho. Suspeita-se ainda que o vazamento siga ativo em algum local no mar. Até sábado, 161 praias foram atingidas em 72 municípios da região, segundo o Ibama.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 14/10/2019**Seção:** Opinião**Autor:** Vinicius Mota**Título:** Na minha gasolina não

Enquanto Greta Thunberg mobiliza a esquerda global contra os combustíveis fósseis, a esquerda equatoriana vai às mas para defender subsídios que barateiam a gasolina. A vida não está nada fácil.

O que no ano passado ajudou a criar o clima favorável à aventura presidencial de um político brasileiro periférico? A Lava Jato, ao arruinar os partidos tradicionais, sem dúvida. A facada de Juiz de Fora, decerto.

Mas o levante dos caminhoneiros, a revolta popular mais reacionária já ocorrida sob a Carta de 1988, também tem o seu lugar nessa história. Foi uma reação anárquica e violenta à alta nos preços do óleo diesel.

Dilma Rousseff manteve o monstro submerso ao longo do seu primeiro mandato à custa de uma repressão multibilionária de repasses de custos da Petrobras aos preços. Aleijou a estatal, mas se reelegeu. Caiu depois, quando tentou cobrar a conta.

Na Venezuela, um fio que pendura Nicolás Maduro ao cargo é a gasolina oferecida quase de graça à população. Se desse para comer petróleo...

Ver o governante em apuros quando os combustíveis fósseis sobem não é exclusividade de país emergente. Os coletes amarelos, que azucrinam Emmanuel Macron na França, nasceram da indignação com a carestia nos postos de abastecimento.

Também não é monopólio de mandatário progressista. Richard Nixon, o primeiro presidente neocon dos Estados Unidos, respondeu ao choque global do petróleo do início da década de 1970 decretando um controle de preços de causar inveja em muito economista heterodoxo brasileiro.

Com governos acossados por revoltas latentes ou declaradas, já é duro seguir domesticamente o receituário da racionalidade técnica de não mascarar o custo do combustível para o consumidor. A coisa fica mais complicada na hora de implantar políticas globais que limitem o aquecimento planetário.

É o clássico paradoxo da ação coletiva. Sou 100% a favor do ambiente mais sustentável, mas não venha bulir com a minha gasolina barata.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 14/10/2019**Seção:** Poder**Autor:** Camila Mattoso e Ranier Bragon**Título:** Número de militares sobe em 30 órgãos do governo

Bolsonaro amplia presença de militares em 30 órgãos federais

Ao menos 2.500 membros das Forças Armadas, da ativa e da reserva, ocupam postos de chefia ou assessoramento em ministérios e repartições

Em seus primeiros nove meses na Presidência, Jair Bolsonaro já ampliou em ao menos 325 postos o número de militares, da ativa e da reserva, que participam da administração federal.

Além dele — capitão reformado — e do vice, o general Hamilton Mourão, e de 8 de seus 22 ministros, há ao menos 2.500 militares em cargos de chefia ou assessoramento, em uma curva ascendente iniciada sob Michel Temer (2016-2018) — que rompeu com a simbólica prática de governos anteriores de nomearem civis para comandar o Ministério da Defesa.

A Folha obteve as informações por meio de pedidos da Lei de Acesso à Informação enviados a mais de cem órgãos federais, incluindo os ministérios e principais estatais, como Embratur, Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) e Casa da Moeda.

Em pelo menos 30 houve ampliação do número de militares em relação a Temer. Em apenas 4 houve redução. Alguns não responderam ao pedido.

A ampliação de fardados em funções ocupadas eminentemente por civis após o fim da ditadura militar (1964-1985) foi mais expressiva em pastas próximas a Bolsonaro, como o Gabinete de Segurança Institucional, que passou de 943 para 1.061 militares. Na Vice-Presidência, houve salto de 3 para 65.

Outras também tiveram crescimento relevante. No Meio Ambiente, responsável pelo mais recente desgaste do governo, o número de militares foi de 1 para 12.

O Ministério da Justiça, comandado por Sergio Moro, quase dobrou o seu contingente verde-oliva — de 16 para 28. Por ordem do general Guilherme Theophilo, secretário nacional de Segurança Pública, os militares da pasta devem ir fardados to da quarta-feira. Pela manhã, pontualmente às 8h45, eles se perfilam para a execução do Hino Nacional. A solenidade, conhecida como formatura, é comum apenas em unidades militares.

A Folha ouviu ex-ministros da Defesa e especialistas.

Em linhas gerais, avaliam que o governo Bolsonaro recorreu à caserna menos pela afinidade do presidente com os militares e mais pela quase absoluta falta de estrutura partidária e política dele, que foi um deputado de baixíssima expressão na maior parte de seus 28 anos de Congresso Nacional.

“Ele sempre foi uma espécie de sindicalista parlamentar voltado para as Forças Armadas, sobretudo os escalões mais intermediários e baixos, além de policiais. Obviamente tem uma visão ideológica por trás, mas, quando ele chega ao governo, onde vai buscar estrutura? Nas Forças Armadas”, afirma Raul Jungmann, que foi ministro da Defesa e da Segurança Pública de Temer.

“Elas [Forças Armadas] hoje têm um programa de formação de quadros que eu reputo entre os melhores do mundo. A gente não tem a tecnologia, o dinheiro, mas em termos de formação eles são muito exigentes”, diz o ex-ministro.

“Esses presidentes que chegam ao poder sem uma estrutura partidária consolidada, de apoio, tendem a fazer esse movimento. O primeiro é diminuir o número de ministérios, até pela falta de quadros capacitados. A dimensão do autoritarismo é muito flagrante no governo atual, mas tem essa outra dimensão que é o despreparo, não só do presidente, mas uma ausência dos quadros ao seu redor”, reforça o historiador Carlos Eico, professor da UFRJ.

Sobre as consequências da “invasão verde-oliva” em cargos eminentemente civis, Jungmann diz não ver maiores problemas.

Fico ressaltar a discrepância entre a lógica da caserna e da administração pública.

“Esse ethos militar seguramente não é familiar e frequentemente não é compatível com o ambiente de gestão mais democrática. Esse é um dos prejuízos. Existe também um certo mito de que os militares seriam bem preparados. O fato é que eles são preparados nas escolas militares, que têm um componente ideológico muito forte e muito negativamente forte, que ainda ressoa aquele ambiente da Guerra Fria.”

Para Aldo Rebelo, que foi coordenador político do governo Lula (2003-2010) e ministro da Defesa de Dilma Rousseff (2011-2016), o maior prejuízo pode ser para a imagem dos militares.

“O problema que vejo é que isso possa parecer um aval das instituições militares a políticas de governo, algumas das quais eu sei que eles não estão de acordo, como a política externa.”

No fim de janeiro, o cientista político Octavio Amorim Neto, professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape), da FGV, publicou artigo em que manifestava preocupação com a ameaça de perda de controle civil sobre os militares.

“O referido controle é uma condição necessária de um regime democrático. Não há democracia quando as Forças Armadas vetam decisões governamentais que não digam respeito à defesa nacional”, escreveu à época.

Agora, afirmou à Folha que a demissão do general Santos Cruz da Secretaria de Governo é um exemplo de limite político estabelecido por Bolsonaro aos seus antigos colegas de caserna. Mesmo assim, há um enfraquecimento desse controle, em sua visão.

“O Ministério de Defesa é, em qualquer lugar do mundo, o principal instrumento de controle dos militares pelos civis. O simples fato de estarmos há quase 20 meses sem um civil à frente do ministério é evidência suficiente da erosão do referido controle.”

O Ministério da Defesa afirma que os militares “podem contribuir com suas sólidas formações e experiências nas atividades e funções julgadas necessárias e oportunas pelos gestores públicos, desde que guardem consonância com suas competências”.

A pasta diz que o número de militares da ativa em funções da administração pública não é representativo e que uma das atribuições subsidiárias das Forças Armadas é cooperar para o desenvolvimento regional.

O Gabinete de Segurança Institucional diz que o crescimento de militares no órgão se deve ao aumento do nível da segurança prestada ao presidente, vice-presidente e familiares, que são em maior número em relação a 2018.

A Secretaria-Geral afirma que o número de militares da ativa na administração permanece estável em relação ao governo passado. “A contribuição dos militares é relevante na medida em que possuem formação e experiência nas áreas em que atuam”, diz.

O Incra (órgão da reforma agrária) alega que o aumento do número de militares foi uma decisão de gestão do atual governo.

Minas e Energia afirma que as nomeações levam em conta a meritocracia, independente da origem civil ou militar.

Ciência e Tecnologia diz que os militares, assim como os outros servidores, foram selecionados por suas qualidades técnicas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 14/10/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Daniela Lima**Título:** Var**Painel:**

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), pediu que os técnicos da Casa analisem se o projeto que divide o dinheiro da cessão onerosa, aprovado na Câmara, infringe a Constituição. Para ele, o texto permite que os estados e municípios usem a verba para pagar despesas do dia a dia, o que é proibido.

com Mariana Carneiro, Julia Chaib e Thais Arbex

VEÍCULO: O Globo**Data:** 14/10/2019**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Acordo mostra que reforma tributária é possível

Entendimento entre estados e municípios sobre petróleo indica flexibilidade nas negociações

A melhor saída é política, mostrou o Legislativo na semana passada ao capitanear um acordo entre estados e municípios sobre o rateio de parte dos recursos do leilão de petróleo do pré-sal, a ser realizado no próximo dia 6.

Do resultado do leilão de áreas localizadas no litoral fluminense, cujo valor é estimado em R\$ 106,56 bilhões, estavam em jogo cerca de R\$ 20 bilhões, fatia reservada aos governos de 26 estados, do Distrito Federal e de 5,6 mil prefeituras.

Havia um impasse. O Senado aprovara um texto que privilegiava, na partilha financeira, estados e municípios das regiões Norte e Nordeste. Houve forte reação, principalmente do Sudeste. A Câmara recebeu o projeto e liderou uma negociação que foi rápida e acabou bem-sucedida.

O resultado político alcançado na partilha dos recursos do petróleo aplaina o caminho para a possibilidade de um entendimento similar sobre a reforma tributária — provavelmente a questão mais complexa a ser decidida pelo Congresso nas próximas semanas.

Na disputa pelo dinheiro do leilão de petróleo, prevaleceu a compreensão de que o acordo era o melhor para a Federação. A perspectiva de receita extraordinária deixou ávidos governadores e prefeitos, que gerenciam administrações virtualmente falidas.

Foram estabelecidos critérios para gastos, com prioridade às despesas previdenciárias públicas. Elas estão na raiz da iliquidez estatal. Já obrigaram a decretação de calamidade financeira em seis estados este ano.

Pelo acordo, os recursos serão distribuídos em duas parcelas — uma ainda este ano e outra no próximo exercício fiscal. Os estados e o Distrito Federal podem usar esse dinheiro, exclusivamente, para saldar compromissos com a previdência dos servidores, inclusive das empresas estaduais, exceto aquelas que possuem receita própria e não dependem de repasses do Tesouro.

Governadores devem criar uma reserva financeira específica para pagar a Previdência a vencer até o exercício financeiro do ano seguinte ao da transferência dos recursos pela União. Essa reserva não precisa, necessariamente, ser realizada com os recursos repassados. Já os prefeitos não têm obrigação de criar uma reserva de custeio da previdência para poder usar o dinheiro em investimentos.

Onde existia impasse, fez-se acordo. É natural que, agora, União, estados e municípios avancem à etapa seguinte, a da negociação da reforma tributária, a partir da simplificação de um sistema que se retroalimenta com a edição de 34 novas normas por dia, em média, há duas décadas. É uma corrida contra o relógio, para recuperar o tempo perdido.

MME / ASCOM .